



PREFEITURA MUNICIPAL
DE GARANHUNS

Secretaria Municipal de Educação
Conselho Municipal de Educação de Garanhuns

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
GARANHUNS DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE

1 Aos vinte dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte minutos, na Casa dos
2 Conselhos de Garanhuns - PE, localizada na Rua Ernesto Dourado, 890 - Heliópolis, teve lugar a
3 segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação de Garanhuns (CMEG), sob a
4 presidência de **Andréa Litiery Vieira Gomes de Sá**, reunidos para tratar dos seguintes assuntos
5 previstos como pauta: 1 Leitura e aprovação das Atas da 1ª Reunião Ordinária e da 1ª Reunião
6 Extraordinária; 2 Leitura de relatório das ações explicitadas nas atas/documentos da gestão anterior
7 do CMEG; 3 Formação de comissão para elaboração do regimento interno; 4 Apresentação e
8 avaliação da logomarca atual do Conselho; 5 Apresentação de sugestões para a comunicação interna
9 e externa do Conselho; 6 Combinados sobre dia, turno, horário e local das reuniões ordinárias e/ou
10 extraordinárias; 7 Informes sobre os ofícios expedidos, recebidos e/ou respondidos; 8 Sugestões de
11 pontos para a pauta da próxima reunião ordinária. A **presidente** verifica a existência de coro, e
12 atesta a presença de oito dos doze segmentos presentes. São apresentadas as justificadas de ausência
13 da suplente **Emanuelle Camila M. de Lima** (doente), das **conselheiras** do segmento Secretária
14 Municipal de Educação (disseminação do Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco
15 - SAEPE), dos **conselheiros** da União de Estudantes Secundaristas de Garanhuns (organização de
16 evento realizado na cidade) e do conselheiro **Abnér Gonsalves de A.** (compromisso surgido de
17 última hora de que não pôde se ausentar). Dando continuidade a reunião, a presidente faz a leitura
18 da ata da primeira reunião ordinária. **José Juca de Melo Filho** faz adendo a presença do secretário,
19 e a presidente esclarece que a lei prevê em seu Art. 8º “O Conselho será presidido por 3 (três)
20 membros (Presidente, Vice-Presidente e Secretário), sendo representantes de instituição/entidade
21 diferentes, todos eleitos em sessão plenária do CMEG”. E no “Parágrafo único. O CMEG disporá
22 de um servidor disponibilizado pela SEDUCE, para os serviços técnico-administrativos ao referido
23 Conselho”, que se distingue do secretário para “serviços técnico-administrativos”. **José Juca de**
24 **Melo Filho** reitera de que os conselhos só funcionam efetivamente se tiverem um secretário
25 disponível. A ata é aprovada por unanimidade, por sete conselheiros presentes. Na sequência,
26 **Anderson Fernandes de Alencar**, secretário, faz a leitura da ata da primeira reunião extraordinária.
27 É solicitado que nas próximas atas, explicitem-se as siglas por que muitas pessoas as desconhecem, e
28 esta também é aprovada por unanimidade. A **presidente** esclarece que as atas serão arquivadas em
29 um livro de folhas soltas. **Andréa Litiery Vieira Gomes de Sá** avança para o próximo ponto da
30 pauta, realizando a leitura do relatório das ações explicitadas nas atas/documentos da gestão anterior
31 do CMEG. **Inês Eliane Madeira** pontua que é preciso ficar atento a prazos de recondução, se
32 existem no documento. A **presidente** menciona que o conteúdo do relatório é transcrição estrita do
33 que se encontra nas atas. **José Juca de Melo Filho** pontua de que realmente não seria possível
34 realizar de outra forma, pois era a gestão anterior que deveria estar apresentando este relatório. A
35 **presidente** conta a sua experiência com uma ata complexa do Fórum. **Dorvalina Maria Maciel de**

36 **Vasconcelos** apresenta uma breve contextualização da gestão anterior, mencionando que
37 atualizaram o regimento interno, mas que nenhuma das versões foi registrada em cartório. **Inês**
38 **Eliane Madeira** pauta a importância de que se tenha uma secretária executiva para salvaguardar a
39 memória, pois essa memória com o passar dos anos, é perdida. A Secretária Executiva, outrossim,
40 perpassaria as gestões. **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** questiona se as comissões anteriores do
41 Conselho Municipal de Educação tem seus relatórios por escrito. **Dorvalina Maria Maciel de**
42 **Vasconcelos** menciona que cada comissão possuía seu secretário. **José Juca de Melo Filho**, durante
43 leitura do relatório, também questiona onde se encontram os equipamentos recebidos pelo Conselho
44 na gestão anterior citados no relatório. **Inês Eliane Madeira** fala da desmotivação e que realmente
45 não havia coro. A **presidente** pondera que esse relatório não objetiva apresentar as deficiências e o
46 **secretário** lembra que a história deve ser considerada, e não negada. Finalizada a leitura, **Andréa**
47 **Litiery Vieira Gomes de Sá** traz ao plenário o terceiro ponto da pauta: “Formação de comissão
48 para elaboração do regimento interno”, citando que existia somente um esboço do mesmo, não
49 oficializado. Faz a leitura de diversos artigos da atual lei do Conselho referente ao regimento
50 interno. **Washington Silva Vieira** reforça a necessidade de se elaborar um regimento interno para o
51 Conselho. A **presidente** pontua a importância dos conselheiros se envolverem nesta elaboração.
52 Voluntaria-se para compor a comissão: **Inês Eliane Madeira**, **Anderson Fernandes de Alencar**,
53 **Andréa Litiery Vieira Gomes de Sá** e **Maria do Socorro Souza** como conselheiros e **Dorvalina**
54 **Maria Maciel de Vasconcelos**, como sociedade civil. **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** pontua
55 a importância de nos apropriarmos e intervirmos no processo de elaboração do Plano Plurianual
56 (PPA) do município que ocorrerá este ano para os próximos quatro anos. Continua informando que
57 o Plano de Ações Articuladas (PAR) nunca foi inserido no orçamento público do município.
58 **Dorvalina Maria Maciel de Vasconcelos** faz um adendo, de que no processo de elaboração do
59 PAR, o Ministério da Educação (MEC) cria uma comissão junto aos municípios. O Conselho de
60 2010 a 2012 fazia parte da gestão do PAR e conhecia as necessidades, e exemplifica: cisternas,
61 concurso etc. Segundo a mesma, o processo dura cerca de um mês, “dentro de uma sala”, e que o
62 calendário vai sendo divulgado com o cronograma de ações do Governo Federal para o Governo
63 Municipal. **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** acrescenta que todos os conselheiros precisam ter
64 uma cópia do PAR, pois ainda que as metas estejam apropriadas, no orçamento público, no PPA,
65 elas não estão alocadas, nem os indicadores, etc. E continua “digo algo para sociedade no PAR, mas
66 no PPA não está previsto. Há várias obras não terminadas, tem que terminar antes de começar outra.
67 É a peça fundamental no orçamento público. A educação tem a maior previsão orçamentária do ano
68 que é aproximadamente cento e dez milhões de reais. Garanhuns é uma cidade polo, mas ela precisa
69 definir que polo quer ser; a educação do município tem que ser politizada. Tudo passa na política”.
70 Adiciona que o Fórum Municipal Permanente de Educação de Garanhuns é exemplar porque os três
71 Conselhos estavam sendo omissos. Problematisa o dano que causa a falta de alfabetização política
72 da sociedade. O PAR deve estar atrelado ao orçamento municipal. **Inês Eliane Madeira** pontua que
73 é necessário fazer política pública, e não partidária. Informa que é defensora da educação infantil,
74 pois proporciona as famílias se educarem. **Maria Gorete dos Santos Silva** concorda com a fala
75 anterior e lembra que “brigou muito” pelo transporte escolar, que colocou o tapete no caminhão e
76 levou os alunos para a escola. Dando prosseguimento a pauta do regimento, fica combinado a
77 criação de um grupo no Whatsapp e que sua elaboração ocorrerá de modo virtual, e que poderá
78 ocorrer uma convocação para reunião extraordinária no intuito de aprovar o Regimento. A
79 **presidente**, antes de iniciar o ponto seguinte, coloca sua experiência pessoal, com as dificuldades
80 da vinda para vir para a reunião, e insiste que está ocorrendo resistência por parte das escolas, e há
81 casos em que a Secretaria de Educação está desinformada da participação do conselheiro(a). **Paulo**
82 **Roberto Tenório de Oliveira** menciona que os Conselhos precisam ter uma reunião com a
83 Secretária de Educação para se saber “onde pode andar, onde não pode andar” e solicita participar
84 desta reunião como sociedade civil. **Andréa Litiery Vieira Gomes de Sá** informa que Conselho é
85 relevante e pode acionar a quem for necessário. Seguimos para o ponto da pauta “Apresentação e

86 avaliação da logomarca atual do Conselho”. O plenário avalia logomarca, mas por unanimidade,
87 aprova a sua descontinuidade, solicitando que os conselheiros e a sociedade civil apresentem
88 propostas na próxima reunião, ficando este como ponto de pauta. O **secretário** inicia o ponto
89 “Apresentação de sugestões para a comunicação interna e externa do Conselho”, listando em
90 apresentação de slides as propostas iniciais da equipe gestora neste âmbito. Os presentes aprovam
91 por unanimidade as sugestões, inclusive ampliando para os demais Conselhos de Educação. Ele
92 também acrescenta que duas estudantes da Universidade Federal Rural de Pernambuco / Unidade
93 Acadêmica de Garanhuns colaborarão com a gestão documental e a dimensão de informação e
94 comunicação do Conselho. O plenário apresenta a proposta de boletim impresso do Conselho.
95 **Waldéria Santana** reitera que conservar a memória é uma demanda da educação. Seguindo a pauta,
96 discute-se o item 6 “Combinados sobre dia, turno, horário e local das reuniões ordinárias e/ou
97 extraordinárias”. **Waldéria Santana** problematiza que muitas vezes a faculdade não está nas
98 periferias ou mesmo na própria cidade. **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** também menciona que
99 a Universidade vai buscando sua autonomia e a sociedade civil não participa. E adiciona: “o
100 conselho de turismo e de cultura não existem. Sociedade civil precisa estar atenta”. **Joaquim**
101 **Bernardino Leite** e **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** mencionam que nos bairros a
102 comunicação que mais funciona é a do “carrinho de som” e que é necessário comunicar aos demais
103 Conselhos de Educação acerca das reuniões. **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** pontua que as
104 reuniões tem que ir para os distritos. **Maria Gorete dos Santos Silva** menciona a importância de
105 conhecer as escolas e como foi interessante, neste aspecto, a gestão itinerante. **Elma Borges**
106 problematiza que as pessoas às vezes não veem as reuniões porque não sabem o que é um Conselho,
107 de que até professoras do município não conhecem o que ele seja. **Marcos Diego Carneiro de**
108 **Freitas** aponta de que precisamos traduzir e adequar a linguagem para que a sociedade em geral
109 possa compreendê-la. Aberta a votação, é aprovada por unanimidade a reunião itinerante do CMEG.
110 Manter um dia fixo para as reuniões ordinárias (terceiras quintas-feiras do mês), também é
111 aprovado por unanimidade. Quanto ao horário, a plenária votou que se permanecesse pela manhã,
112 sendo a primeira chamada às 8h30, e a segunda, às 9h, aprovada por unanimidade. **Renato Lins**
113 destaca que é importante delimitar o tempo de encerramento da reunião, por conta de outros
114 compromissos que os presentes possam ter. **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** coloca o problema
115 com relação ao tempo de reunião porque pode restringir debates e encaminhamentos. A **presidente**
116 concorda de que é necessário respeitar o tempo por conta de outros compromissos, e o plenário
117 estabelece como teto da reunião às 12h, se estendendo se a pautar assim demandar. Parte-se para o
118 item 7 da pauta “Informes sobre os ofícios expedidos, recebidos e/ou respondidos”. **Andréa Litiery**
119 **Vieira Gomes de Sá** realiza a leitura dos ofícios recebidos e expedidos e aponta que será
120 encaminhado ofício a Câmara dos Vereadores e para a Comissão de Educação. **Paulo Roberto**
121 **Tenório de Oliveira** lembra que cabe ao Conselho solicitar a Câmara as leis, provocar a discussão.
122 Exemplifica que professores estão se aposentando com benefícios diferentes. A **presidente** pontua a
123 importância da categoria vir as reuniões do Conselho. **José Juca de Melo Filho** menciona que teve
124 um problema com um projeto ligado a Libras, e que existem projetos do poder executivo tramitando
125 em regime de urgência e urgentíssimo. **Paulo Roberto Tenório de Oliveira** menciona que o poder
126 legislativo tem que estar presente no Conselho e que as decisões da Comissão de Educação da
127 Câmara devem passar também. “Temos os mecanismos, mas não usamos”. E coloca a importância
128 da Câmara enviar uma minuta das leis para o Conselho contribuir e dar parecer. A lei do Conselho
129 de Alimentação Escolar (CAE), por exemplo, está errada. Por fim, adentra-se ao último ponto de
130 pauta: “Sugestões de pontos para a pauta da próxima reunião ordinária”. **Paulo Roberto Tenório de**
131 **Oliveira** pede que o Conselho solicite à Secretaria de Educação, quais projetos e programas estão
132 sendo realizados no município com os devidos orçamentos explicitados, e também que se solicite à
133 Câmara dos Vereadores informações sobre o programa “Ler para Crer”, que está sem metodologia,
134 “A Escola vai a Câmara” e o “Câmara do Futuro”. E finaliza solicitando da Secretaria de Educação
135 a proposta orçamentária da pasta e se os Conselhos estarão na mesa de discussão do PPA.

136 **Washington Silva Vieira** coloca a importância de que os demais conselhos de educação tenham
 137 assento no Conselho Municipal de Educação. **Dorvalina Maria Maciel de Vasconcelos** coloca que
 138 só sairá portaria com os segmentos que estão na lei. Ao final da reunião, a professora da rede
 139 municipal **Francielly Falcão**, a convite da **presidente**, faz sua avaliação da reunião. Menciona sua
 140 felicidade e de que se sente muito representada, e aponta que é necessário levar a educação política
 141 para as bases. A **presidente** reitera sua preocupação com a ausência de professores(as) na reunião.
 142 **Francielly Falcão** convida os presentes para os encontros da Escola Fé e Política e **José Juca de**
 143 **Melo Filho** parabeniza a equipe gestora e aos presentes. Por fim, o grupo se confraterniza em torno
 144 de um lanche e realiza fotos com os presentes. A reunião foi encerrada às onze horas e cinquenta
 145 minutos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, **Anderson Fernandes de Alencar**,
 146 secretário, a presente ata, assinada por todos os presentes abaixo registrados.

Garanhuns, 20 de abril de 2017

Conselheiros		
Nome	Segmento	Assinatura
Maria Cristiane Rufino	Secretaria Municipal de Educação / Titular	
Ledjane Ribeiro da Silva	Secretaria Municipal de Educação / Suplente	
Silvana Alves de Souza	Gerência Regional de Educação / Titular	
Maria do Socorro Souza Braga	Gerência Regional de Educação / Suplente	
Anderson Fernandes de Alencar	Instituições de Ensino Público Superior / Titular	<i>Anderson F. Alencar</i>
Emanuelle Camila M. de Lima	Instituições de Ensino Público Superior / Suplente	
Maria Elena da Cruz	Servidores administrativos da Rede Pública de Garanhuns / Titular	
Tiago Cavalcante Lucas de Oliveira	Servidores administrativos da Rede Pública de Garanhuns / Suplente	<i>Tiago Cavalcante Lucas de Oliveira</i>
Mylena Fernandes Gomes	Equipe Gestora das Escolas da Rede Pública de Ensino de Garanhuns / Titular	
Maria Gorete dos Santos Silva	Equipe Gestora das Escolas da Rede Pública de Ensino de Garanhuns / Suplente	
Andréa Litiery Vieira Gomes de Sá	Professores da Rede Pública de Ensino de Garanhuns / Titular	<i>Andréa Litiery Vieira Gomes de Sá</i>
Lincoln Matias da Silva Cardoso	Professores da Rede Pública de Ensino de Garanhuns / Suplente	
Germária Cybelle Bezerra Nogueira	Escolas Privadas de Garanhuns / Titular	
Abnér Gonsalves de A. Júnior	Escolas Privadas de Garanhuns / Suplente	
Inês Eliane Madeira	Organizações não governamentais – ONG's / Titular	
José Juca de Melo Filho	Organizações não governamentais –	

